



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO**

PORTARIA Nº 47, DE 19 DE MARÇO DE 2020.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO (PR/MA), no uso das atribuições conferidas pelo art. 33, incisos I, II e III, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela [Portaria PGR nº 382, de 5 de maio de 2015](#);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou como pandemia o contágio proveniente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de prevenir e reduzir as possibilidades de contágio do novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito das Unidades do Ministério Público Federal no Maranhão, de modo a preservar a saúde dos membros, servidores, estagiários e terceirizados, bem como do público externo,

CONSIDERANDO as disposições da [Portaria PGR/MPU nº 76, de 19 de março de 2020](#);

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam suspensas todas as atividades presenciais no âmbito das Unidades do Ministério Público Federal no Maranhão.

Parágrafo Único. Adota-se o regime de teletrabalho como regra no âmbito das Unidades.

Art. 2º. Para os fins da manutenção do funcionamento dos serviços, nos casos em que o regime de teletrabalho for incompatível com o desempenho das atribuições, adotar-se-á o regime de sobreaviso.

Art. 3º. Caso necessário, os cidadãos deverão utilizar os meios eletrônicos para acessar os serviços do Ministério Público Federal estando as informações disponíveis no endereço <http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.

Art. 4º. Somente serão recebidos fisicamente processos judiciais e inquéritos policiais urgentes. Parágrafo Único. O contato deve ser feito via telefone, nos seguintes números e horários:

09:00h às 17:00 – (98) 98402-7140 (Coordenadoria Jurídica da PR-MA) 17:00h às 09:00 – (98) 98402-7382 (Plantão da PR-MA).

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Dê-se ciência à Justiça Federal Local e Polícia Federal.

JOSÉ RAIMUNDO LEITE FILHO

Este texto não substitui o [publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 23 jan. 2014. Caderno Administrativo, p. 15.](#)

MPF
Ministério Público Federal